



Levantamento bibliográfico de obras sobre o sistema prisional: uma possibilidade de refletir sobre diferentes interpretações

Elizete Beatriz Azambuja¹(PQ) Gabriela Magalhães Sabino ²(IC)*

¹ Docente do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus São Luís de Montes Belos. E-mail: liazambuja@ibest.com.br

² Discente do curso de Letras - Câmpus São Luís de Montes Belos. E-mail: gabymagal15@outlook.com

Resumo: Essa pesquisa tem como finalidade de compreender o imaginário social acerca do levantamento bibliográfico de obras que retratam o sistema prisional brasileiro. Dessa forma, também refletir sobre a questão penitenciária do Brasil em sua extrema complexidade, buscando compreender os discursos que constituem as notícias sobre a mesma. Além disso, constatar o funcionamento ideológico nas regularidades enunciativas presentes no material de análise, observando assim como os efeitos de sentido sócio-historicamente construídos que se apresentam nos discursos produzidos. Para nossa pesquisa, nos fundamentamos nas noções teóricas da Análise de Discurso, teoria que considera a relação indissociável entre sujeito, língua e o contexto sócio-histórico e ideológico. Para fundamentação do *corpus* analisado utilizamos autores como Orlandi, Travaglia, Foucault e Pêcheux entre outros. Desse modo, com a análise de notícias é possível perceber o discurso midiático que circula em nossa sociedade, em que há uma negação de outra possibilidade de interpretação, ou seja, em geral, não circula outra face da notícia.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Discurso midiático. Sistema Prisional Brasileiro. Ideologia.

Introdução

A nossa proposta de pesquisa é fundamentada na Análise de Discurso de linha francesa, que considera a relação indissociável entre sujeito, língua e o contexto sócio histórico e ideológico, onde analisamos notícias e comentários *on line* acerca da visão negativa e deturpada que a mídia vem enfatizando para a sociedade sobre notícias do sistema penitenciário brasileiro.

Em vista disso, pretendemos fazer uma reflexão do discurso que circula nos meios de comunicação, pois percebemos que muitas dessas notícias não são totalmente verídicas, elas passam uma imagem dos cárceres que não condiz com a realidade. Por isso, consideramos o que Orlandi (1996, p.9) afirma sobre as condições de produção do discurso e a interpretação de fatos de linguagem:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mas interessante ainda é



pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagens, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

Partindo desse pressuposto refletimos sobre as formações imaginárias e ideológicas que são expostas em jornais, e sites *on line* sobre o sistema carcerário, buscaremos também analisar esse complexo, onde se encontram discursos, arquiteturas, regulamentos coercitivos, proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias. Para Foucault (1987, p. 269), “[...] nessa humanidade de relações complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de ‘encarceramento’, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia”.

Em nossas análises também consideramos o que Travaglia reitera sobre o fato de todo discurso estar relacionado às formações imaginárias que, por sua vez, estão ligadas ao sujeito. Segundo o autor, elas são revelantes, para o efeito de sentido que acontece numa interação determinada, as imagens que o produtor e receptor do texto fazem:

a) do assunto; b) da situação; c) de si próprios; d) um do outro (a imagem que o produtor faz do receptor e vice-versa) e e) das imagens que cada um acha que seu interlocutor fez dele (a imagem que o produtor do texto acha que o receptor faz dele – produtor –; a imagem que o receptor acha que o produtor faz dele; a imagem que o produtor acha que o receptor faz da imagem que ele, locutor, faz da imagem que o receptor faz dele e assim por diante). (TRAVAGLIA, 2009, p. 90).

Por seguinte esperamos compreender com os discursos se consistem em notícias (obras), observando o funcionamento ideológico nas regularidades enunciativas e do imaginário social acerca do sistema prisional brasileiro.

Material e Métodos

Posteriormente, a leitura e fichamento dos textos teóricos indicados pela professora coordenadora do projeto para a fundamentação das análises do *corpus* analisado, selecionamos notícias *on line* a respeito do sistema prisional, constatando as formas de discurso e o imaginário social desse *lôcus*, levando em



consideração os efeitos de sentido sócio-historicamente construídos expõem os discursos produzidos.

Resultados e Discussão

A seguir, apresentamos algumas notícias que tratam de denúncias de tortura. Essa notícia é do dia 18 de maio de 2018 e está disponível no site da *Revisa Veja*. Foi escrita por Guilherme Voitch, de Curitiba.

Penitenciária da Lava Jato tem denúncia de tortura contra preso

[...] A denúncia partiu da Defensoria Pública do Paraná com base no relato de um detento custodiado na Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP1) e levado ao complexo para tratar uma crise de asma. O preso afirma ter sido agredido em mais de uma oportunidade e obrigado a tomar injeções na veia.

No depoimento, o detento afirma que um funcionário o 'pegou pelo pescoço' e iniciou as agressões. 'Este ainda teria batido sua cabeça na parede e lhe dado dois socos; que reagiu e vieram outros quatro agentes o agredir com chutes e joelhadas enquanto ele estava no chão; que foi levado de volta à galeria, onde, algemado, sem prescrição médica, tomou várias injeções na veia, e que a partir de tais injeções passou a ter alucinações', diz o documento elaborado pela Defensoria. Em suas conclusões, os defensores questionam a causa das alucinações em um preso sem histórico de problemas psiquiátricos e pedem acesso a exames de raio-x para verificação de eventual agressão e lesão cerebral.

Em seu depoimento à Defensoria, o detento declarou ainda que 'há um local no CMP chamado 'surda', 'na parte de baixo da unidade', onde seria recorrente a prática de agressões e maus tratos, inclusive contra pacientes internados por medida de segurança.' No documento, obtido pelo blog *Veja Paraná*, a Defensoria afirma que já ouviu relatos de outros detentos sobre espancamentos e maus tratos constantes praticados por agentes penitenciários do Complexo Médico Penal.

Outro lado

Procurada, a Defensoria confirmou o encaminhamento da denúncia, mas afirmou que 'não irá se manifestar no momento, visando preservar o bom andamento das investigações'. O Departamento Penitenciário afirmou que 'um procedimento administrativo foi aberto para apurar o caso, que corre sob sigilo e encontra-se em fase inicial de instrução'.

Como vimos, esta notícia trata de denúncias de tortura contra presos da penitenciária da Operação Lava-Jato. Esta operação constitui-se de um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.



Para nós, o que chama atenção nesta notícia são as diferentes possibilidades de produção de sentidos que a própria reportagem menciona e que nos possibilita constatar três posições sujeito. A posição sujeito presidiário que afirma ter sofrido torturas, a posição defensoria pública que, segundo ela, “já ouviu relatos de outros detentos sobre espancamentos e maus tratos constantes praticados por agentes penitenciários do Complexo Médico Penal”. Além dessas posições, é possível observarmos a posição da direção do Departamento Penitenciário que considera necessário ser aberto um processo administrativo para apurar o caso. Ou seja, a palavra de presos que denunciaram/denunciam terem sofrido tortura não é considerada.

Na sequência, apresentamos uma breve análise de outra notícia que consideramos relevante para a nossa reflexão.

Massacre nos presídios e o reforço da mídia à cultura da violência

‘Foi mídia no mundo todo, arrancamos várias cabeças’.

Esta frase, que circulou nas redes sociais nas últimas semanas, faz parte de um funk supostamente composto pela facção criminosa Família do Norte (FDN).

O grupo é acusado, juntamente com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), de ser responsável pelos massacres nos presídios de Amazonas e Roraima (a agora Rio Grande do Norte).

Ele é chave para entender que o fenômeno da violência tem um circuito maior do que a carnificina presenciada nos primeiros dias de 2017, ponta do iceberg da crise vivida na política de segurança pública brasileira.

Desde que os conflitos nos presídios do Norte foram iniciados, a nacionalização da violência midiática compôs a paisagem de violação dos direitos humanos dos presidiários e familiares envolvidos ou não nos episódios de massacre.

[...] Parece que na ânsia de noticiar em primeira mão os acontecimentos, os jornais esqueceram-se das normas que orientam as práticas jornalísticas (Código de Ética dos Jornalistas), o direito à privacidade e à imagem, garantidos pela *Constituição*, e mesmo alguns marcos internacionais sobre a preservação da dignidade humana.

O direito de informar à sociedade, constitucionalmente garantido aos veículos de imprensa, não pode, portanto, confrontar o direito à privacidade. Há que se promover o equilíbrio entre ambos.

Este equilíbrio, no entanto, tem estado longe dos veículos de mídia brasileiros. Há alguns anos temos denunciado, por exemplo, a veiculação indevida em programas de televisão de pessoas que estão sob a tutela do Estado e a incitação à violência. Se levarmos em conta que 40% dos detidos hoje no sistema penitenciário brasileiro sequer foram julgados pelos crimes dos quais estão sendo acusados (Relatório Uso da Prisão Provisória nas Américas CIDH/OEA, 2014), implica dizer que parte significativa dos que **estão sendo expostos nos veículos de mídia são suspeitos e não criminosos**.

Esta tem sido uma prática institucionalizada pelas redações brasileiras, sejam de jornais impressos ou programas de TV.

REALIZAÇÃO



Para além dos direitos individuais da pessoa humana, há algo nestas coberturas que deve ser levado em conta, e que se expressa pela frase que abre este texto.

Até que ponto noticiar intensamente a ação de facções criminosas, dando visibilidade aos atos de violência extrema, contribui para uma discussão aprofundada sobre o sistema carcerário brasileiro?

Será que a espetacularização da notícia não serve apenas para reforçar uma cultura de violência, dando ao crime organizado, inclusive, maior poder de barganha junto aos poderes institucionalizados?

Infelizmente, violência e medo se consolidaram como valores-notícia do jornalismo brasileiro e a economia criminal absorvem estes elementos para desenvolver sua indústria, que cresce a passos largos e tem tentáculos no sistema político, econômico, judiciário e também nos meios de comunicação (ou não é comum políticos eleitos serem apresentadores de programas policiais que violam os direitos humanos ao mesmo tempo em que são financiados por empresas administradoras de presídios, que por sua vez convivem harmoniosamente com o crime organizado?).

Está ligação perigosa é um prato cheio para o reforço da política de guerra às drogas e encarceramento em massa, rentável para poucos e à custa de vidas pobres, jovens e negras.

O discurso da violência é um fator determinante para que esta economia se mantenha em pleno desenvolvimento e reforce a afirmação genocida de que 'bandido bom é bandido morto'.

Daí, chegamos à conclusão que a aderência de 57% dos entrevistados à frase 'bandido bom é bandido morto' (pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016), não vem apenas da violência concreta vivida por homens e mulheres das grandes e pequenas cidades, mas do reforço cotidiano narrativo-simbólico de sangue, cabeças e corpos dando mídia nas TVs, PCs e rádios país afora. [...]

Esta notícia aborda a temática dos massacres nos presídios e como a mídia tem disseminado a cultura da violência, fazendo com que surjam diversas interpretações sobre esse "lócus". Todavia são exposições nas quais a mídia manipula e expõe somente o que lhe convém para chamar a atenção. Dessa forma, desperta posicionamentos, os quais geram discursos distintos sobre o mesmo fato. Ou seja, o sentido de uma palavra é determinado pelas suas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras são produzidas (isto é, reproduzidas).

Em relação aos diferentes contextos de atribuição de sentidos, Pêcheux (1995, p.160) explica que "as palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo às posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência e essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas".

Para a nossa reflexão, vale acrescentar o que Orlandi afirma sobre as condições de produção do discurso e a interpretação de fatos de linguagem.



Segundo a autora (1996, p. 9), a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Para ela, “mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferenças materializadas significam de modos distintos”.

Dessa maneira, é necessário destacar que os mecanismos de persuasão que o discurso midiático possui faz com que sejam reforçados alguns sentidos a respeito do sistema prisional. A sociedade se apropria de informações que circulam através da mídia e, conseqüentemente, passam a ter acesso a apenas uma possibilidade de interpretação fornecida pelos meios de difusão de informações. Não há espaço para uma reflexão mais ampla sobre o assunto.

Na matéria que apresentamos acima, intitulada de “Massacre nos presídios e o reforço da mídia à cultura da violência”, há referência ao modo utilizado pela mídia de maior alcance que contribui para a banalização da violência como parte constitutiva do sistema prisional:

Daí, chegamos à conclusão que a aderência de 57% dos entrevistados à frase ‘bandido bom é bandido morto’ (pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016), não vem apenas da violência concreta vivida por homens e mulheres das grandes e pequenas cidades, mas do reforço cotidiano narrativo-simbólico de sangue, cabeças e corpos dando mídia nas TVs, PCs e rádios país afora.

Outro aspecto relevante a respeito do funcionamento do sistema punitivo o qual rege nossa sociedade é abordado por Foucault (2014, p. 269) que discute sobre o fato de “[...] nessa humanidade de complexas relações de poder corpos e forças submetidas por múltiplos dispositivos de ‘encarceramento’, objetos para discursos que são elementos dessa estratégia”.

Portanto, entende-se que é possível perceber a relação indissociável entre sujeito, língua e contexto sócio histórico implicam na interpretação, outrossim na questão de sentidos que atribuem aos detentos por somente conhecer o que mídia propõe.

Para pensarmos sobre as múltiplas posições sujeito, recorreremos à Orlandi (2003) que se refere a atos que colocam em relações múltiplos jogos e possibilidades de sentido. E a partir daí a Análise de Discurso contribui não para impor sentidos possíveis, mas para fazer compreender como eles se produzem.



A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há verdade atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo devem ser capazes de compreender. (ORLANDI, 2003, p. 26).

Como Orlandi entendemos que, na perspectiva discursiva, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 28).

Outro aspecto relevante a ser observado é sobre a questão do castigo, onde Garland (1999, p.326) trata da complexidade do castigo, trazendo à tona abordagens teóricas de Émile Durkheim (1995) e Michel Foucault (1991):

O castigo pode ser visto como uma espécie de aparato, técnico; um meio instrumental para atingir um fim [...] uma relação coercitiva entre o Estado e o transgressor [...] um procedimento legal, uma forma de poder, um instrumento de dominação de classe, a expressão de um sentimento coletivo, uma ação moral, um acontecimento ritual ou a encarnação de certa sensibilidade. E, como temos visto cada uma dessas imagens capta certo aspecto do fenômeno, uma determinada verdade sobre seu caráter que queremos manter, mas não o faz de maneira fragmentada, deixando-o fora de foco tanto quanto aquilo que o abarca.

Diante disso, é possível observar os acontecimentos atuais que refletem a situação de acentuada iniquidade em que a maioria dos presídios se encontra.

É importante ressaltar que não houve nenhum comentário a respeito da denúncia de tortura do preso. Para nós que estamos inscritos na perspectiva discursiva consideramos que o fato de não ter comentário algum pode significar o silêncio a respeito da denúncia que é consequência da naturalização de sentidos atribuídos pela sociedade em geral, em que os presos merecem ser agredidos.

Considerações Finais

Esperamos que ao divulgar essa pesquisa possamos contribuir para que a sociedade possa compreender essa relação indissociável entre sujeito, língua e o contexto sócio histórico que implicam na interpretação, ou seja na questão de sentidos que atribuem aos detentos por somente conhecer o que a mídia propõe e

não as obras que constituem de estudos relacionados a uma visão do sistema prisional que não seja a institucionalizada pelo Estado, nas suas relações de poder.

Fazendo menção também sobre uma reflexão acerca das diferenças sociais que se efetivam, inclusive entre os cárceres e os encarcerados. Por fim, essa pesquisa é uma possibilidade de se construir uma análise discursiva sobre o modo como a questão penitenciária é vista pela sociedade em geral.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenadoria Central de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás por me aceitar como uma bolsista voluntária, proporcionando-me uma oportunidade de aprendizado no espaço acadêmico.

À professora Elizete B. Azambuja, coordenadora do Projeto, pelo convite para participar pela primeira vez de um trabalho que, a meu ver, é de relevância para a sociedade e por sua orientação durante a pesquisa.

Referências

- AGUIRRE, Carlos (2009), “**O cárcere na América Latina, 1800-1940**”. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro, Rocco, vol.1.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- NASCIMENTO, Celina A. G. S.; Scaliante, Daniele C. **Representações Discursivas em Cartas de Internas: Subjetivação e exclusão na Escrita de Si**. IN: BARROS, Renata C. B. de.; CAVALLARI, Juliana S. (orgs). *Sociedade e diversidade: Trilogia Travessia da Diversidade. Vol. 2*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Pontes, 1997
- ROMÃO, Lucília M. S.; PACÍFICO, Soraya. M. R. **Mora-dores de Rua Falados e Significados No/Pelo Discurso Jornalístico**. Campinas, SP: RUA: Revista do



Núcleo de desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP, Março 2007.

TAVARES; MENANDRO. **Atestado de Exclusão com firma reconhecida: O sofrimento do Presidiário Brasileiro.** Espírito Santo: Revista de Psicologia, Ciência e Profissão, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação - Uma proposta para o ensino de gramática.** São Paulo: Cortez, 1996.

Tortura em penitenciária da Lava Jato Disponível em:
<<https://veja.abril.com.br/blog/parana/penitenciaria-da-lava-jato-tem-denuncia-de-tortura-contra-preso/>> Acesso em: 01 de julho de 2018.